



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

Pedras Altas, modelo de granja para o desenvolvimento rural sustentável

Luisa Durán Rocca; Ângelo Braghirolli; Eduardo Hahn



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

ROCCA, Luisa Durán; BRAGHIROLLI, Ângelo; HAHN, Eduardo. Pedras Altas, modelo de granja para o desenvolvimento rural sustentável. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 235-261, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

Pedras Altas, modelo de granja para o desenvolvimento rural sustentável

Luisa Durán Rocca¹

Ângelo Braghirolli²

Eduardo Hahn³

Resumo

Em contraponto ao modelo tradicional de desenvolvimento rural do extremo sul do Brasil, baseado no latifúndio das antigas estâncias e charqueadas, caracterizadas pela pecuária extensiva e pelo uso da mão de obra escrava, o intelectual, estadista e embaixador Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) propõe uma nova alternativa materializada em uma experiência singular: a Granja de Pedras Altas (atual município de Pedras Altas – RS). Transcorrido mais de um século desde sua fundação e a partir da recente mudança de proprietários, inicia-se um novo ciclo para o lugar. O texto apresenta sumariamente as estâncias e charqueadas como os antecedentes do desenvolvimento rural do extremo sul do Brasil para contextualizar e contrastar a proposta de Pedras Altas. A partir da análise bibliográfica e documental, relata o processo de criação da granja, da materialização dos seus espaços e da formação do seu acervo em paralelo à trajetória política e intelectual do seu idealizador. Analisa os processos de patrimonialização e tombamentos, a partir da documentação existente no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE, verificando os valores que foram sendo incorporados nessa trajetória e discutindo critérios de valoração até a recente mudança de proprietários. Finalmente, apoiando-se nas contribuições do campo do patrimônio industrial agroalimentar e da sociomuseologia, sugere para o novo ciclo da granja, ressignificar o pioneirismo dela como modelo de desenvolvimento rural sustentável e como recurso didático e patrimonial para alavancar o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Granja de Pedras Altas; Joaquim Francisco de Assis Brasil; Patrimônio industrial agroalimentar; Desenvolvimento rural; Recurso patrimonial.

Resumen

¹ Arquiteta, Universidad de los Andes, Bogotá/Colômbia, 1988; especialista em Conservação e Restauração em Monumentos e Conjuntos Históricos, CECRE-UFBA, Salvador/BA, 1998. Mestre em Teoria, História e Crítica da Arquitetura, PROPUR-UFRGS, Porto Alegre/RS, 2003. Doutora em Planejamento Urbano e Regional, PROPUR-UFRGS, Porto Alegre/2011. Email: luisa.duran@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7434-4015>.

² Arquiteto, Universidade do Vale dos Sinos UNISINOS, São Leopoldo/RS, 1974; especialista em Conservação e Restauração em Monumentos e Conjuntos Históricos, CECRE-UFBA, Salvador/BA, 1998. Doutor em História da Arte e Gestão do Patrimônio, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla/España, 2014. Email: angelo.brag@gmail.com.

³ Arquiteto, Universidade Luterana do Brasil ULBRA, Canoas/RS, 1998; mestre em Museologia e Patrimônio MUSPA, UFRGS, Porto Alegre/RS, 2024. Email: arq.eduardohahn@yahoo.com.br.

En contraste con el modelo tradicional de desarrollo rural en el extremo sur de Brasil, basado en el latifundio de las antiguas estancias y charqueadas, caracterizadas por la ganadería extensiva y el uso de mano de obra esclava, el intelectual, estadista y embajador Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) propone una nueva alternativa materializada en una experiencia singular: la Granja de Pedras Altas (actual municipio de Pedras Altas – RS). Más de un siglo después de su fundación y a partir del reciente cambio de propietarios, comienza un nuevo ciclo para el lugar. El texto presenta brevemente las estancias y charqueadas como antecedentes del desarrollo rural en el extremo sur de Brasil para contextualizar y contrastar con la propuesta de Pedras Altas. A partir del análisis bibliográfico y documental, relata el proceso de creación de la Granja, la materialización de sus espacios y la formación de su colección, en paralelo a la trayectoria política e intelectual de su creador. Se analizan los procesos de patrimonialización y de catalogación como bienes de interés cultural, a partir de la documentación existente en el Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico del Estado de Rio Grande do Sul – IPHAE, verificando los valores que se fueron incorporando en esta trayectoria y discutiendo criterios de valoración, hasta el reciente cambio de propietarios. Por último, a partir de las aportaciones del ámbito del patrimonio industrial agroalimentario y de la socio-museología, se propone para el nuevo ciclo que se inicia resignificar el espíritu pionero de la granja como modelo de desarrollo rural sostenible y como recurso didáctico y patrimonial para potenciar el desarrollo local.

Palabras clave: Granja de Pedras Altas; Joaquim Francisco de Assis Brasil; Patrimonio industrial agroalimentar; Desarrollo rural; Recurso patrimonial.

Abstract

In contrast to the traditional model of rural development in the extreme south of Brazil, based on the latifundium of the old estancias and charqueadas, characterized by extensive cattle ranching and the use of slave labor, the intellectual, statesman and ambassador Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) proposes a new alternative materialized in a singular experience: the Granja de Pedras Altas (current municipality of Pedras Altas – RS). More than a century after its foundation and from the recent change of owners, a new cycle begins for the place. The text briefly presents estancias and charqueadas as the antecedents of rural development in the extreme south of Brazil to contextualize and contrast the project of Pedras Altas. From the bibliographic and documentary analysis, it reports the process of creation of the granja, the materialization of its spaces and the formation of its collection in parallel with the political and intellectual trajectory of its creator. The process of patrimonialization and listing as heritage are analyzed, based on the existing documentation in the Institute of Historical and Artistic Heritage of the State of Rio Grande do Sul – IPHAE, verifying the values that were being incorporated in this trajectory and discussing criterias until the recent change of owners. Finally, based on the contributions of the field of agri-food industrial heritage and socio-museology, it suggests for the new cycle of the farm, to resignify the pioneering spirit of the project as a model of sustainable rural development and as a didactic and patrimonial resource to leverage local development.

Keywords: Pedras Altas Farm; Joaquim Francisco de Assis Brasil; Industrial agri-food Heritage; Rural development; Patrimonial resource.

Introdução

Estâncias e charqueadas são os antecedentes do desenvolvimento rural do extremo sul do Brasil, que se apresentam brevemente para contextualizar e contrastar a proposta de Pedras Altas. A partir da análise bibliográfica e documental, o texto relata o processo de criação da granja, da materialização dos seus espaços e da formação do seu acervo em paralelo à trajetória política e intelectual do seu idealizador. Analisa os processos de patrimonialização e tombamentos, a partir da documentação existente no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE, verificando os valores que foram sendo incorporados nessa trajetória e discutindo critérios de valoração até a recente mudança de proprietários. Finalmente, apoiando-se nas contribuições do campo do patrimônio industrial agroalimentar e da sociomuseologia, sugere para o novo ciclo da granja ressignificar o pioneirismo dela como modelo de desenvolvimento rural sustentável e como recurso didático e patrimonial para alavancar o desenvolvimento local.

O trabalho se justifica nas necessidades de viabilizar a fruição social e visitação pública de um espaço patrimonial tombado, de propriedade privada e na ressignificação do legado material e conceitual da granja, ancorado nas políticas de preservação ambiental e patrimonial.

Antecedentes: estâncias e charqueadas

O extremo sul do Brasil, fronteira com o Uruguai e a Argentina, faz parte do bioma Pampa e foi incorporado ao domínio lusitano a partir da segunda metade do século XVIII. Trata-se de um processo tardio em relação às demais regiões da Luso-América, consequência de uma estratégia político-militar implementada pela coroa portuguesa para delimitar fronteiras e ganhar terras nominalmente sob domínio da Espanha. A ocupação do território foi garantida mediante três ações complementares: a concessão de terras, a abertura de vias de comunicação e o estabelecimento de povoados (Durán, 2009).

A concessão de terras, em tese, era realizada por um dos três procedimentos legais: o primeiro era a concessão de *sesmarias* ou grandes propriedades, com base em cessões a senhores fiéis, ou como recompensa a militares, dada pelo rei com a aprovação do Conselho Ultramarino, com base na Provisão de 7 de agosto de 1727; mais tarde, essas concessões foram realizadas pelo governador-geral que, eventualmente, poderia assumir o cargo de vice-rei; a área máxima a ser entregue era de uma por três léguas (aproximadamente 13.000 hectares),

regra frequentemente contornada por meio de negociações e/ou acordos familiares. O segundo foi a entrega de *datas*, ou doações provisórias, feitas pelo governador e posteriormente regulamentadas; sua área variava entre um e três quartos de légua em quadro e sob este mecanismo, a partir de 1748, estabeleceram-se famílias de agricultores dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, que vieram graças a um programa de migração subsidiada; observe-se que a área de uma data era perto do 2% da área de uma sesmaria, o que evidencia as desigualdades em relação à distribuição da terra. O terceiro procedimento foi o leilão em praça pública de terras apreendidas. O beneficiário de uma sesmaria se comprometia a reservar áreas para criar povoações, abrir estradas, construir pontes. Embora a existência do corpus jurídico, as sesmarias nunca foram confirmadas pelo Conselho Ultramarino e, menos ainda, demarcadas (Durán, 2009). Segundo Kury (1987), essa forma de concessão continuou durante grande parte do denominado período imperial (1822-1891), até ser proibida pela Lei de Terras, em 1850.

Em decorrência das formas de posse da terra, nas grandes estâncias ou fazendas formadas a partir das sesmarias desenvolveu-se a pecuária extensiva aproveitando os extensos rebanhos de gado existentes na região. As pequenas propriedades dos imigrantes açorianos no século XVIII e, posteriormente, dos alemães, italianos e outros grupos da Europa Central que chegaram ao longo do século XIX, foram responsáveis por boa parte da produção agrícola. No entanto, essas atividades eram complementares e não necessariamente exclusivas (Osório, 2006).

O termo *estância* foi usado pelos primeiros habitantes europeus dos pampas, para designar os vales protegidos, as margens dos rios e os lugares preferidos para descansar. A partir de 1694, surgiram as primeiras estâncias perto de Colônia do Sacramento, entendidas como locais fixos. A palavra tomada do castelhano foi usada no extremo sul do Brasil para designar um núcleo de produção agrícola, caracterizado pela grande propriedade e pela estrutura patriarcal. Era habitada pelo proprietário ou estancieiro, sua família, agregados, trabalhadores livres e escravos e o proprietário exercia poder absoluto em seus domínios em troca de proteção. A estância⁴ incluía além da residência o conjunto de construções rurais de apoio à produção: casas dos trabalhadores livres, senzalas ou quartos para os escravos, galpões, currais, estábulos, atafonas e pomares; geralmente essas construções eram implantadas em locais relevantes como o topo de um morro ou coxilha.

⁴ Sobre a arquitetura das estâncias, sugere-se consultar: LUCAS, Luis Henrique Hass. *Estâncias e fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul*. Dissertação (mestrado em Arquitetura), UFRGS, Porto Alegre, 1997.

No Brasil colônia, o processamento e a exportação de produtos agrícolas surgiram como alternativa para melhorar a economia, em crise desde 1760 devido ao declínio da mineração, à desvalorização do açúcar e às despesas derivadas dos conflitos com o vice-reinado platino. Nesse âmbito, no Sul principalmente, surgiram as *charqueadas*⁵, conhecidas como *saladeros* no vice-reinado do Prata. Nestes estabelecimentos proto-industriais, com tipologias espaciais específicas para processar o gado, era preparada a carne seca ou *charque*, além de outros produtos como couro, chifres e sebo. O charque, como derivado do setor primário, dependia das condições tecnológicas da época e foi o principal produto de consumo e de exportação do Rio Grande do Sul; era um alimento barato produzido por e para escravos e, antes da independência do Brasil (1822), o valor do charque representava 57% do custo total das exportações da Capitania. Considerando os derivados como couros, sebo e chifres esse percentual chegava a 85% (Marques, 1990).

Vários autores (Costa, 1922; Gutiérrez, 1993) afirmam que a técnica de salgar a carne para garantir sua conservação foi trazida para o sul do Brasil pelo português José Pinto Martins, que veio do Ceará e se estabeleceu em 1779 na nascente cidade de Pelotas. Duas hipóteses são consideradas sobre a origem da técnica: a primeira é que foi trazida do planalto andino, onde os nativos das margens do Lago Titicaca aplicavam um processo de salga de carne de lhama, chamado em quíchua de *charqui*, que significa carne seca e que servia de alimento aos trabalhadores das minas de prata de Potosí; a segunda é que a técnica foi trazida do Prata, concretamente a partir de 1778, quando o ministro da Agricultura espanhol enviou ao vice-rei do Rio da Prata uma publicação chamada “Disertación sobre el método de sala de carne y beneficio de los cueros”; no ano seguinte, chegaram técnicos de Málaga que organizaram a indústria de salga. Estâncias e charqueadas foram descritas por Nicolas Dreys, comerciante francês que visitou a região sul do Brasil, em 1817:

Há dois tipos de estabelecimentos em Rio Grande, dos quais emanam os principais elementos da riqueza da província; queremos falar das estâncias, onde são criados numerosos rebanhos de gado, mulas, cavalos, laníferos etc., e das charqueadas, onde uma grande parte do gado do país é morta para benefício e comércio de carne, couros e vários outros derivados (Dreys, 1961, p. 129).

⁵ Sobre a arquitetura das charqueadas, sugere-se consultar: GUTIERREZ, Esther J. B. *Barro e Sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Tese (doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

Apesar de ser muito primitiva e tosca, a charqueada deu valor ao gado, evitando desperdícios. O caráter sazonal da produção exigiu a organização de outras atividades complementares para aproveitar o trabalho escravo. O programa arquitetônico geralmente incluía: mangas e estábulos para criação de animais, galpões e pátios para a produção de charque, fábricas para outros elementos derivados como sebo, couro, sabão e velas, olarias para a produção de tijolos e objetos cerâmicos, a casa do proprietário, hortas e pomares e a senzala dos escravos. Ao contrário dos *saladeros* platinos, onde se empregavam trabalhadores assalariados, nas charqueadas gaúchas a mão de obra era escrava.

Durante o apogeu do ciclo charqueador, um grande número de escravizados foi trazido para trabalhar em condições subumanas e daí a expressão “purgatório dos negros” (Maestri, 2006, p. 199).

As charqueadas localizavam-se nos arredores dos povoados e perto de cursos de água, para facilitar o transporte fluvial da produção. As terríveis condições do ambiente de trabalho contrastavam com a opulência e urbanidade das cidades vizinhas: Pelotas, Jaguarão e Bagé, para citar as principais e as que preservam um significativo acervo de arquitetura eclética. No entorno de Pelotas, chegaram a funcionar 48 charqueadas de cujos cais sobre o Canal São Gonçalo saíam os barcos com charque e outros derivados até Rio Grande, porto sobre a Lagoa dos Patos; de lá, a produção era enviada para a capital, Rio de Janeiro, para o nordeste, para Cuba, Estados Unidos e outros lugares onde a escravidão ainda existia. Na volta, os navios chegavam com manufaturas e objetos de luxo (Gutiérrez, 1993).

A atmosfera do espaço de produção era macabra, fedorenta e pestilenta e impressionou os viajantes que visitaram as charqueadas. Dreys (1961) descreveu detalhadamente o processo de produção e constatou que nos diferentes estabelecimentos que visitou havia variações na forma de matar. O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que esteve na região entre 1820 e 1821, deixou-nos este relato:

Apesar da matança nas charqueadas ter cessado meses atrás, ainda há um forte cheiro de carnificina nos arredores; pode-se ter uma ideia de como deve ser esse cheiro na hora do abate. Naquela época, eles dizem que você não pode se aproximar das lagoas sem ser coberto por moscas. Imaginando aquela multidão de animais decapitados, o sangue jorrando, a quantidade de carne exposta nos galpões de secagem, vejo que tais lugares devem inspirar decepção e pavor (Saint-Hilaire, 1999, p. 74).

Segundo Esther Gutiérrez (1993), o processo de charquear era realizado entre outubro e maio, os meses mais quentes. Quando os animais eram mortos e desossados, os escravos viviam untados de sangue e sal. As jornadas de trabalho eram tão intensas que muitos escravos ficavam

exaustos e sua “vida útil” era de 7 a 10 anos. Em um estabelecimento de aproximadamente 80 escravos, havia cerca de 10 trabalhadores assalariados, que exerciam funções de capatazes ou tarefas menos extenuantes, já que nenhum homem livre se submetia às condições daquele ambiente. Na hierarquia do trabalho estavam primeiro os açougueiros, seguidos pelos descarnadores, dos graxeiros, dos sebeiros, dos aprendizes e, finalmente, dos tripeiros. Os escravos favorecidos trabalhavam nas manufaturas dos produtos derivados e como apoio para as atividades da casa senhorial. As mulheres eram usadas como empregadas domésticas, costureiras e não pernoitavam na senzala. Visto que a maioria dos escravos eram homens e o número de mulheres e crianças era mínimo, percebe-se que os charqueadores tinham pouco interesse em que os cativos formassem famílias.

Saint Hillaire hospedou-se na casa de Antônio José Gonçalves Chaves, um dos principais charqueadores de Pelotas e proprietário da Charqueada São João. O viajante comentou que ele era considerado um dos charqueadores “mais humanos”. No entanto, observou:

Há sempre um menino negro na sala, de dez a doze anos, cujo trabalho é chamar os outros escravos, servir água e prestar pequenos serviços domésticos. Não conheço nenhuma criatura mais infeliz do que aquela criança. Ele nunca se senta, nunca sorri, nunca brinca! Ele passa a vida tristemente encostado na parede e é frequentemente maltratado pelos filhos do proprietário. A noite lhe traz sono e quando não há ninguém no quarto, ele cai de joelhos para dormir. Esta casa não é a única que usa esse sistema implacável. É frequente em outros (Saint-Hillaire, 1999, p. 73).

Nesse ambiente de trabalho forçado e absoluta falta de liberdade, o escravo nem sempre foi passivo. Suicídio, vingança contra os proprietários, rebeliões, fuga individual ou em grupos para formar quilombos eram frequentes. A tortura física e o medo dela eram os instrumentos coercitivos para manter a ordem escrava. A meados do século XIX, as charqueadas sulinas começaram a ter dificuldades. De um lado, a concorrência dos estabelecimentos da Argentina e Uruguai, cujos produtos eram considerados de melhor qualidade; de outro, as ações da elite paulista, produtores e exportadores de café, proprietários de escravos, que pressionavam o governo nacional a impor altas cargas tributárias aos charqueadores para justificar a compra do charque platino por um preço mais baixo. Estes fatores foram decisivos para a Guerra dos Farrapos (1835-1845). Apesar de tudo, a atividade charqueadora gerou uma exuberante acumulação de capital em um tempo relativamente curto e, conseqüentemente, produziu uma pequena e poderosa elite burguesa de origem lusitana que cultivava sofisticados hábitos importados da Europa, principalmente de Paris.

O declínio das charqueadas coincide, de uma parte, com a abolição da escravatura, formalmente em 1888, com a assinatura da Lei Áurea. O fim da mão de obra cativa acabou com a demanda por alimentos baratos como o charque e, a partir de 1890, incentivou a migração italiana, inicialmente para suprir mão de obra assalariada, para as fazendas de café dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. De outra parte, com as experiências científicas que culminaram com o processo de refrigeração.

Deve-se ao francês Charles Tellier (1828-1913) o desenvolvimento da preservação de alimentos por resfriamento. A França se concentrou na refrigeração de navios e, em 1876, foi realizada a primeira travessia oceânica experimental em um navio refrigerado carregado de carnes denominado *Le Frigorifique*, que partiu de Rouen com destino a Buenos Aires com o próprio Tellier a bordo. Em 1910, Tellier revisou suas experiências e publicou em Paris: *Historie d'une invention moderne, le frigorific* (Braghirolli, 2014).

Paralelamente às experiências francesas, os ingleses, muito mais pragmáticos, preparavam-se para instalar indústrias de refrigeração nos locais de origem do gado, interferindo assim em todo o processo, desde a criação de animais até a refrigeração da carne. Seis anos depois da viagem de *Le Frigorifique*, em 1882, foi instalado o *River Plate Fresh Meat Cia. Ltda.*, no distrito de Campana, às margens do Rio Paraná, Argentina. Este foi o primeiro estabelecimento do gênero na América do Sul. Na sequência, *saladeros* uruguaios e argentinos e charqueadas brasileiras foram sendo adquiridos por empresas inglesas e norte-americanas e adequados às tecnologias de refrigeração para exportar carne, alterando completamente o sistema agrário e laboral (Braghirolli, 2014).

O charque perdura como um alimento popular representativo da culinária gaúcha. O artista plástico Danúbio Gonçalves (1925-2019), nascido na cidade de Bagé, ainda criança conheceu o processo de produção de charque, já que seu pai vendia gado para as charqueadas que continuavam trabalhando da forma tradicional, sem implementar a refrigeração. Essa vivência influenciaria mais tarde sua produção artística quando dedicou uma série de gravuras ao tema.

Figura 1 – *Carneadores*, xilogravura de Danúbio Gonçalves (1953). Da série *Xarqueadas*.



Fonte: Coleção Ângelo Braghirolli.

Como veremos, em contraste com a estrutura do latifúndio e paralelamente ao declínio das charqueadas, um modelo alternativo foi proposto nos mesmos pampas sulinos: a Granja de Pedras Altas; como uma experiência pioneira e singular, apostava na tecnificação da pequena propriedade, na qualificação dos rebanhos e na melhoria da produção agrícola. A granja se localiza no atual município de Pedras Altas⁶ e o nome deve-se ao afloramento das rochas graníticas que caracterizam a paisagem.

Seu idealizador é uma personalidade de relevância histórica nacional e internacional: Joaquim Francisco de Assis Brasil e a história da granja está relacionada tanto com a vida pessoal do seu criador como a história política do Brasil.

⁶ O povoado originou-se junto da estação férrea construída em 1884, em frente da futura entrada da granja. Era um distrito pertencente ao município de Pinheiro Machado que, antes de 1915, se denominava Cacimbinhas, nome que foi mudado para Pinheiro Machado em homenagem ao senador assassinado. Em 1999, Pedras Altas se emancipou e, segundo o censo do IBGE de 2022, conta com 2.061 pessoas (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pedras-altas/panorama>).

Assis Brasil, estadista, embaixador e homem do campo

Filho de estancieiros, Joaquim Antônio de Assis Brasil nasceu em 29 de julho de 1857 na Estância de São Gonçalo, então no município de São Gabriel e hoje no município de Cacequi. Estudou Direito em São Paulo e formou-se em 1882; voltou para o Rio Grande do Sul, foi um dos fundadores do Partido Republicano Riograndense e foi eleito deputado provincial em dois biênios, de 1884 a 1886 e de 1886 a 1888.

Abolicionista e republicano fervoroso, afirmava que nenhum homem poderia ser dono de outro homem; lutou contra a centralização política do País, valorizando o sistema federal, que preservava as autonomias regionais; participou do projeto de elaboração do Estado Sul-riograndense, que não assinou por divergências políticas, fato que expôs no manifesto *Assis Brasil a seus concidadãos*, de 1891.

Casou duas vezes; a primeira com Maria Cecília Prates de Castilhos, irmã do seu co-partidário Júlio de Castilhos, com quem teve duas filhas: Maria Cecília e Carolina; enviuvou em 1895 e contraiu segundas núpcias em Lisboa, em 1898, com Lydia Pereira Felício de São Mamedé, neta do Conde de Mamedé, com quem teve oito filhos: Cecília, Lídia, Joaquina, Francisco, Joana, Dolores, Joaquim e Lina.

Destacado diplomata, Assis Brasil ocupou o cargo de ministro plenipotenciário na Argentina e, em 1894, foi nomeado embaixador na China, porém não assumiu porque foi destinado a Portugal com a tarefa de reestabelecer as relações diplomáticas com aquele país. Em 1898, foi enviado para os Estados Unidos e, em 1902, ao México. Participou da assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), acordo binacional que encerrou o conflito limítrofe com a Bolívia, depois da compra do território do Acre, incorporado ao Brasil.

Sua jornada internacional não o afastou de seu contato com a terra. Pecuarista e estancieiro, liderou a fundação da Associação Pastoril de Pelotas; adquiriu animais das melhores raças que introduziu no Brasil: gado vacum *Jersey* e *Devon*, de origem inglesa, o primeiro para o leite e o segundo para a carne. Também trouxe as ovelhas de raça *Karakul*, cavalos puro sangue inglês, árabes e *percherons*, para melhorar a cavalaria militar e criou vários campeões.

Em 1907, Assis Brasil se retirou do serviço diplomático e iniciou a criação da Granja de Pedras Altas. No ano seguinte, foi colocada a primeira pedra das fundações da futura residência que viria a ser habitada pela família a partir de 28 de junho de 1913.

Voltou à vida política e em 1922 participou pelo partido federalista das eleições para a Presidência do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, porém seu adversário, Borges de Medeiros, venceu pela quinta vez, em questionável processo eleitoral, fato que gerou a *Revolução de 1923*. Na granja, foi assinado o *Pacto de Pedras Altas*, que colocou fim ao conflito regional, embora a família tenha tido que se exilar no Uruguai e a residência terminou sendo depredada.

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-45), Assis Brasil foi ministro da Agricultura. Também participou da reforma da lei eleitoral que sentaria as bases do Código Eleitoral de 1932, onde, entre outros aspectos, defendeu o sufrágio feminino e o voto secreto. Em 1934, insatisfeito com a ditadura de Vargas, retirou-se da política e refugiou-se na granja, onde faleceu em 1938.

Além dos serviços prestados ao País, Assis Brasil deixou uma vasta e variada produção intelectual com contribuições para a história, o direito, a literatura e a agricultura – destaca-se “Cultura dos campos: Noções gerais de agricultura e especiais de alguns cultivos atualmente mais urgentes no Brasil”, cuja primeira edição foi publicada em Lisboa em 1898 com uma tiragem de 32.000 exemplares e a terceira em Paris, em 1909, sendo um sucesso editorial (Kern, 2008).

Consciente do valor do cotidiano no mundo rural, Assis Brasil realizava o *Memorandum*, uma espécie de diário no qual registrava anotações e as atividades da granja, hábito que foi seguido por Cecília, a primeira filha do segundo casamento, que escreveu seu diário entre 1916 e 1928. Cecília nasceu em 1899 em Washington e era quem cuidava da granja quando o pai se ausentava; morreu em 1934, solteira, atingida por um raio quando cavalgava. O diário foi editado pelo jornalista Carlos Reverbel e publicado pela L&PM. O texto evidencia o quanto Cecília e a família Assis Brasil adoravam a vida no campo. Segundo o jornalista:

[Cecília] gostava de produzir queijos, bater manteiga, dar mamadeira a cordeiros órfãos, cuidar de uma ninhada de pintos, colher aspargos. Sabia o ponto exato da calda de doce de figo. Também acompanhava o desenvolvimento das vacas jersey, importadas da Inglaterra, e das ovelhas Karakul. Divertia-se com os irmãos em pescarias de lambaris ou longas cavalgadas. Lia autores clássicos e revistas como a *Life* e *Les Annales* quase diariamente. Quando estava triste, preferia os poemas de Longfellow (Reverberl, 1983).

A granja: uma quadra, uma légua

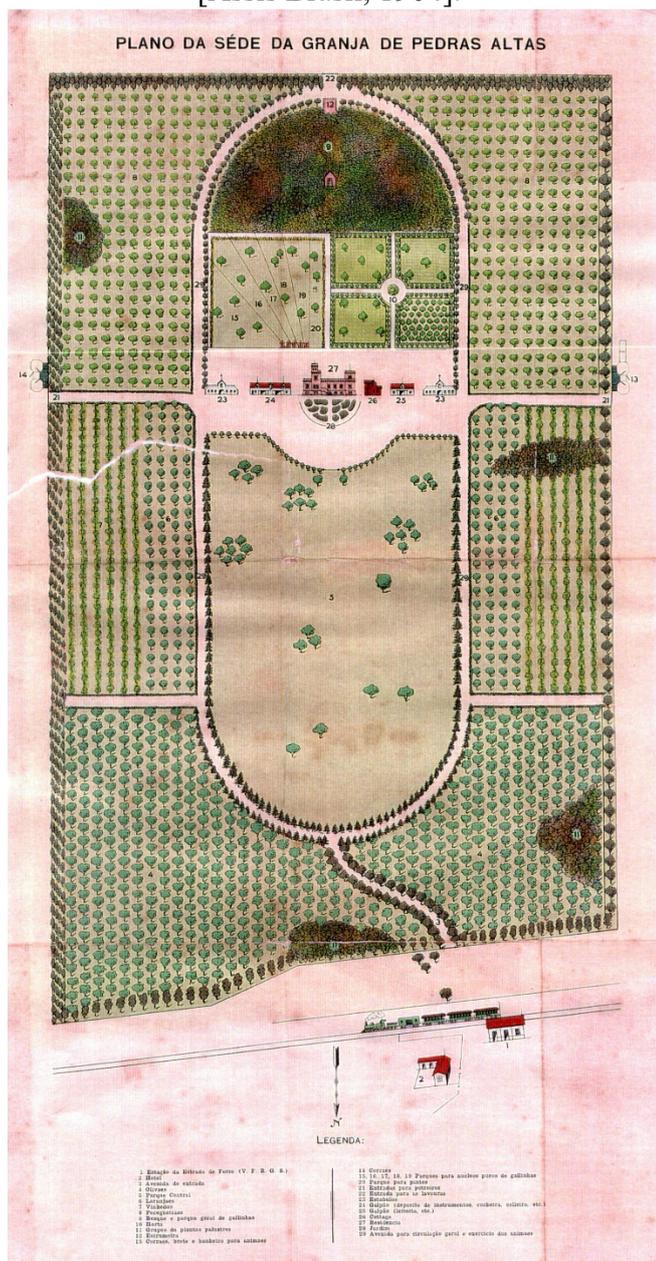
A escolha do terreno, uma área de 170 hectares, no dorso da Coxilha Geral, que separa as bacias do Prata e da Lagoa dos Patos, atualmente dentro do município de Pedras Altas, foi cuidadosamente pensada, tendo em conta, de uma parte, a localização no paralelo 31 latitude sul, região muito favorável ao cultivo da uva, da oliveira e dos cereais, e, de outra, a proximidade da estação ferroviária, que permitia a conexão com o País pelo ramal Rio Grande-Bagé e também com Montevideú e Buenos Aires.

O projeto foi integralmente concebido por Assis Brasil, desde a implantação e zonificação das áreas até a residência, projetada em singular formato de castelo. A planta geral, intitulada “Plano da Sede da Granja de Pedras Altas”, que repousa na biblioteca da casa, provavelmente foi desenhada entre 1904 e 1908, quando se colocou a primeira pedra da residência. Como se observa na planta, o terreno retangular foi organizado a partir de um anel viário que subdivide e setoriza as áreas; este anel está conectado com a entrada da propriedade por uma sinuosa via e, nas imediações, encontra-se a estação ferroviária e o edifício do hotel. O anel viário é identificado como (29) *Avenida para circulação geral e exercício de animais*. No exterior do anel, foram organizados oliveiras, vinhedos, laranjeiras e pessegueiros; no interior e sobre um dos dois eixos transversais alinham-se em uma barra as edificações; na frente, localiza-se o jardim, identificado como (5) *Parque central*, o qual tem grande variedade de espécies nativas e exóticas; e, atrás das edificações, encontram-se numa primeira área quadrada que corresponde ao parque para as galinhas (15, 16, 17, 18 e 19) e, na outra metade, a horta (10) organizada em *partèrre* de quatro quadrantes e centro circular. Mais ao fundo, na área semicircular, está o bosque (9) e a composteira (12). Há no meio um símbolo de capela, adjacente ao cemitério familiar. Este leva o nome de *Boa Viagem* e guarda os restos mortais de Assis Brasil e outros membros da família.

Se por um lado a falta de informações técnicas, como escala gráfica e norte e a representação em vista das edificações, evidenciam que não é um plano elaborado por arquiteto ou engenheiro, por outro, a rigorosidade geométrica, a simetria, a racionalidade na setorização e a escolha e distribuição das diversas espécies vegetais nativas e exóticas evidenciam a erudição do autor e seu conhecimento de botânica e agronomia. A proposta do conjunto se enquadra no paisagismo francês e na tipologia de jardins palacianos barrocos que com certeza seu idealizador conheceu.

Pedras Altas é a materialização do lema do seu idealizador: *uma quadra, uma légua*⁷, ou seja, que com tecnologia e uso racional dos recursos modernos era possível desenvolver em uma pequena propriedade uma produção diversificada equivalente à obtida em um latifúndio. Trata-se de uma proposta de desenvolvimento rural e agrário inovadora para a época – e para os dias atuais – em franco contraste com a situação do Pampa.

Figura 2 – Plano da Sede da Granja de Pedras Altas [Assis Brasil, 1904].



Fonte: documento existente na Biblioteca de Pedras Altas.

⁷ Para fornecer uma noção de dimensões: uma quadra equivale a 1,74 hectare e uma légua quadrada a 3.600 hectares.

Legenda: 1. Estação da estrada de ferro; 2. Hotel, 3. Avenida de entrada; 4. Olivares; 5. Parque Central; 6. Laranjaes; 7. Vinhedos; 8. Pessegueiraes; 9. Bosque e parque geral de galinhas; 10. Horta; 11. Grupo de plantas palustres; 12. Estrumeira; 13. Corraes, brete e banheiro para animais; 14. Corraes; 15. 16. 17. 18. 19. Parques para núcleos puros de galinhas; 20. Parque para pintos; 21. Estrada para poteiros; 22. Estrada para as lavouras; 23. Estábulo; 24. Galpão (depósito de instrumentos, cocheira, celeiro etc.); 25. Galpão (leiteira etc.); 26. Cottage; 27. Residência; 28. Jardins; 29. Avenida para circulação geral e exercício dos animais.

A proximidade da estrada de ferro aposta na relevância do desenvolvimento rural acompanhado da implementação de redes de transporte eficientes, tanto para escoar a produção como para manter os habitantes do campo conectados com os núcleos urbanos e poder levar uma vida confortável apropriada para o crescimento intelectual. O conceito do projeto está eternizado na soleira do portão de acesso ao jardim, onde se lê: Bem-vindo à mansão que ela encerra / Luta dura e doce calma / O arado que educa a terra / O livro que cultiva a alma.

Figuras 3 e 4 – Granja de Pedras Altas: Portão do jardim e soleira.



Fonte: Fotos Ângelo Braghirolli, 2004.

As edificações dispostas linearmente configuram, em uma barra, a visão de um telão de fundo que evoca teatralidade e impressiona quem se aproxima desde o anel viário. São estas: a residência/castelo no centro (27), presidindo o conjunto; de um lado estão o estábulo (23) e o galpão (24) e do outro o *cottage* (26), o galpão de produção de laticínios (25) e mais estábulos (23).

A residência, segundo a morfologia de um castelo medieval, em pedra, com duas torres cilíndricas e almeias, é totalmente exótica ao contexto pampeano e brasileiro. A eleição desta opção contrasta com a erudição e os ideais que seu autor defendia:

Com um gosto bastante peculiar, o homem que defendeu a República com tanta competência constitui um castelo, um dos símbolos do poder monárquico, para servir-lhe de residência e sede da Granja de Pedras Altas (Rodrigues e Vaz, 1999, p. 5).

Figura 5 – Granja de Pedras Altas: Residência.



Fonte: Foto Ângelo Braghirolli, 2004.

Há um relato sentimental sobre esta escolha. Segundo Luiz Gonzaga Binato de Almeida e José Newton Cardoso Marchori em: J. F. Assis Brasil, *Interpretações*, p. 113: (...) logo de início, prometeu-lhe, em tom de brincadeira, a edificação de um castelo e a fixação futura, definitiva na campanha sul riograndense (*apud* Rodrigues e Vaz, 1999, p. 8).

Um dado relevante para a história da arquitetura sul-rio-grandense pouco divulgado é que, ao longo da construção, Assis Brasil foi orientado pelo prestigioso engenheiro Rudolph Ahrons. Elaborou uma maquete de gesso (que se encontra na biblioteca) na qual previa-se maior área. As obras se iniciaram em 1908 com a contratação de três canteiros vindos de Vigo (Espanha): Antônio Garrido, Agustín Penelas e Ricardo Gamallo.

A residência foi construída em duas etapas: a primeira concluída em 1912, em granito rosa aparente, material abundante na região, com dois pavimentos: porão alto para o serviço e o superior para a família. A segunda etapa corresponde à ampliação realizada na década de 1920, quando foi acrescentado um terceiro pavimento em alvenaria de tijolo rebocado,

totalizando 44 quartos e as torres de formato circular onde se localizavam mais dormitórios e um gabinete.

O projeto implementou técnicas construtivas e materiais pioneiros e novos para a época como pré-fabricados e argamassa armada, esquadrias metálicas francesas importadas por empresa de Buenos Aires, pisos de salas e habitações em *ortoxylo* – material de fabricação europeia constituído por fibras de madeira com pigmentos aplicados *in loco* para bom desempenho térmico, ladrilho hidráulico em áreas de serviço, revestimentos de madeira na sala e biblioteca, azulejos portugueses etc. Destaca-se também a presença dos dutos embutidos para gás acetileno para a iluminação, que posteriormente foram utilizados para implementar a rede elétrica, canalizações para coleta de águas pluviais e armazenamento subterrâneo e aproveitamento quando necessário. Também há várias lareiras atendendo ao conforto térmico, hábito que era totalmente inusual na região. Outro aspecto relevante é a destinação de um espaço dentro da residência para o *Museu Devon*, o qual manifesta o interesse pela preservação e a intencionalidade da exposição de objetos e documentos relacionados à pecuária (Rodrigues e Vaz, 1999).

Figura 6 – Granja de Pedras Altas: Biblioteca e escritório



Fonte: Foto Ângelo Braghirolli, 2004.

O mobiliário, obras de arte, artefatos decorativos e objetos utilitários estão intimamente associados à arquitetura e à trajetória dos moradores. Boa parte provém da Argentina, Portugal, França e Estados Unidos, países onde a família residiu quando o pai exercia funções diplomáticas. Em conjunto, formam uma valiosíssima coleção que dá conta da relevância histórica de Assis Brasil e dos valores que defendia bem como da vida cotidiana de uma família abastada de origem aristocrática que apostou por viver no campo. Destaca-se a extraordinária biblioteca que soma em torno de 15.000 volumes e contém documentos originais de relevância nacional e internacional, coleções de obras raras e primeiras edições, manuscritos etc., de variados temas, refletindo a amplitude de assuntos que pautaram a vida de Assis Brasil.

Nas laterais da residência estão a casa de campo, o *cottage*, ou *chalê* de madeira pré-fabricada trazida da Noruega conforme projeto norte-americano e que serviu de casa enquanto se concluíam o castelo; o galpão para os dormitórios de trabalhadores; os galpões para as vacas e para o processamento de laticínios, onde era produzida a *Manteiga de Pedras Altas*, seguindo a receita inglesa da Rainha Vitória, conforme relatava uma das netas de Assis Brasil. Nos galinheiros de origem belga, foram criados exemplares de raças europeias. As instalações incluíam um gasômetro e uma cisterna que fornecia água potável ao complexo.

Figuras 7 e 8 – Granja de Pedras Altas: Cottage e galinheiros.



Fonte: Fotos Ângelo Braghirolli, 2004.

Patrimonialização, tombamentos e mudança de proprietários

As gestões para patrimonialização da granja iniciaram-se em 1975, quando foi designada pelo Conselho Estadual de Cultura, CEC, uma comissão especial para “Estudar e propor um anteprojeto de decreto para a desapropriação do Castelo de Pedras Altas de Assis Brasil, com “usufruto” dos herdeiros, para preservar o acervo da biblioteca e o imóvel” (Zamin,

2006, p. 111). Foi aberto um processo no Conselho Estadual de Cultura e nas atas “(...) percebe-se que o maior interesse estava no acervo bibliográfico e documental da biblioteca do castelo, cogitando-se a sua desapropriação pelo Estado e a criação de uma fundação” (*id.*).

Em 1981, o então secretário do Estado de Educação e Cultura, Barbossa Lessa, solicita ao Diretor do Departamento de Cultura, Tarcísio Taborda, dar apoio para criar uma fundação de direito privado semelhante à Fundação Carlos Barbosa, responsável pela residência em Jaguarão (*id.*).

O processo de tombamento em nível estadual iniciou-se em 1989, quando o presidente da Câmara de Vereadores do município de Pinheiro Machado, Laudelino Cunha de Moura Junior, mediante ofício de 27 de dezembro (IPHAE-Processo 00.121-11.00-94.1, fl. 3) ao secretário de Cultura do Estado manifesta sua preocupação com o destino do acervo do castelo após a morte de uma das filhas, a Senhora Joaquina de Assis Brasil, e solicita apoio para a permanência da biblioteca no castelo. No ano seguinte, em ofício n. 144/90 de Paulo Cesar Peres Brum, secretário Municipal de Educação e Cultura do referido município, se solicita ao secretário de Cultura do Estado “(...) um estudo a fim de que o mesmo [o castelo] fosse incluído no patrimônio histórico e cultural de nosso Estado” (*ibid.* fl. 4). Em Relatório IPhAE-01/90 sobre o pedido de tombamento, argumenta-se a sua conveniência ante o interesse do Palácio de Itamarati de transferir a Biblioteca de Assis Brasil para o Ministério de Relações Exteriores, o que seria “(...) uma grande perda cultural para o RS” (*ibid.* fl. 5).

A comunidade de Pedras Altas, em processo de emancipação, e dona Lídia de Assis Brasil, uma das filhas residente no castelo, não concordavam com o tombamento sugerido pelo município de Pinheiro Machado e por ocasião do estado de doença de dona Lídia o processo foi suspenso.

Na sequência, há uma série de manifestações a favor do tombamento, da Associação dos Municípios da Zona Sul, do Ministério Público Estadual, da Assembleia Legislativa do Estado etc. e registros de reuniões entre os herdeiros e os técnicos da Secretaria de Cultura do Estado que expressam a dificuldade de tomar decisões consensuadas para preservar e tombarem bens e acervos privados com relevância nacional. Também há uma solicitação de cooperação do então diretor do IPhAE, Roberto Py Gomes da Silveira, ao Instituto da Preservação da Memória Cultural da Universidade Federal de Santa Maria para realizar um inventário do acervo (Ofício IPhAE n. 39/94, fl. 30), fato que nunca se executou.

O processo foi retomado em 1999, com aprovação dos herdeiros, após a visita da diretora do IPhAE na época, arquiteta Doris de Oliveira, junto com os arquitetos Roberto

Sawitzki e Miriam Sartori Rodrigues, que elaboraram um completo dossiê. A Granja de Pedras Altas foi tombada sob a inscrição número 84 no Livro do Tombo Histórico com base no parecer elaborado por Miriam Sartori Rodrigues e o então estagiário de História Fabiano Soria Vaz. No referido parecer, incluído no processo de tombamento (IPHAE-22-1999, p. 20) se fundamenta a decisão em três instâncias:

Enquanto a instância histórica:

- testemunho material do conjunto das ideias vanguardistas de Assis Brasil (...),
- como estabelecimento rural modelar (...),
- como símbolo da “reforma rural”,
- como marco histórico da Revolução de 1923 (...),
- como memória viva de seu construtor, imagem de seu espírito empreendedor, idealista, homem público por excelência.

Enquanto a instância técnica:

- na utilização pioneira de técnicas construtivas (...)
- na utilização de iluminação a gás de acetileno e na canalização distribuidora embutida (...)
- no sistema incomum de apreensão adotado para ordenha das vacas denominado por Assis Brasil de Tramelas e na declividade do piso para facilitar o escoamento dos dejetos
- pela preocupação com o conforto térmico (...)

Na instância paisagística:

- pelas condições de implantação, pela riqueza plástica do conjunto (...)
- pela diversificação das espécies, conjugando árvores nativas com exóticas (...)

A inclusão do castelo dentro do tombamento deu lugar a controvérsias e a críticas a respeito da atuação do IPHAE. Sem dúvida, a sua presença no meio do Pampa despertou no momento de sua construção, e ainda hoje, admiração e surpresa, estimulando a fantasia, sobrepondo-se à exemplaridade do modelo da granja. Especialistas questionam a valoração de uma arquitetura exótica e extemporânea, “falso-histórica”, cuja imagem é associada ao feudalismo e às grandes extensões de terras, aos quais Assis Brasil se opunha. Porém há que considerar que o *revival* e o ecletismo são de origem acadêmica e eram uma opção estilística muito frequente na época, amplamente aceitos pelas elites e as altas classes sociais, como é o caso da família Assis Brasil. O mérito destas arquiteturas deve-se fundamentar na qualidade projetual e construtiva mais do que nas opções do repertório.

Segundo o IPHAE, a escolha pelo castelo seria “(...) para desfazer o mito da rusticidade da vida no campo, construiu uma moradia confortável, em forma de castelo medieval” (IPHAE, 2009).

O que hoje em dia é relevante é destacar o **significado cultural** – conforme sugere a Carta de Burra (ICOMOS, 1980 in Cury, 2004) da Granja em sua totalidade, evidenciando que

“(…) O modo de produção instalado comprova a sustentabilidade e a autossuficiência, bem como a possibilidade de ter um modo de vida no campo com conforto e cultura” (IPHAE, 2009).

Dez anos depois, foi ampliada a valoração da Granja mediante o tombamento dos “Bens móveis do Castelo de Pedras Altas” que inclui:

“(…) uma extensa lista de mobiliário, adornos, esculturas, lustres, louças, pratarias, quadros, tapetes, livros e documentos, entre outros objetos que pertenceram ao líder político Joaquim Francisco de Assis Brasil” (IPHAE, Portaria 24/2009).

Os bens móveis e a biblioteca devem ser entendidos em conjunto e contextualizados como parte inseparável do castelo, conformando uma coleção. Segundo Pomian (1984), as coleções são conjuntos de objetos reunidos a partir da subjetividade do seu colecionador; quando ocorre sua musealização, isto é, mudança de estatuto, com finalidades educativas e culturais, esses objetos adquirem novos significados, perdem valor utilitário e passam a ser objetos “semióforos”.

O fato de possuir objetos semióforos confere prestígio a seu proprietário por testemunhar gosto, riqueza, poder e formação intelectual. Segundo Silva (2008), a análise de Pomian aproxima-se da ideia de Bourdieu (1989) sobre os significados de gostos e hábitos como parte do sistema de classificação e hierarquização social e das relações de poder. Como vimos no relato do processo de tombamento do imóvel, a motivação inicial para *patrimonializar* o conjunto foi **preservar no lugar** o acervo bibliográfico e documental. A execução do inventário e o tombamento dos bens móveis *musealiza* a coleção, ampara a memória e amplifica o valor histórico, ressaltando a relevância do proprietário para a história local e nacional.

A falta de manutenção das construções, o isolamento e a carência de um inventário técnico completo dos bens móveis e da biblioteca colocavam o conjunto em situação vulnerável. Em 2014, houve tentativas de venda da propriedade, causando inquietação do Ministério Público do Estado, especialmente pela manutenção do acervo documental (G1: MP quer garantir o acervo documental do Castelo de Assis Brasil no RS, 16/7/2014).

Em 2016, tendo em vista a importância histórica de Assis Brasil em âmbito nacional, a exemplaridade da granja e a concentração de objetos de alto valor artístico e documentos referentes a diversos momentos significativos da história nacional, foi efetuado o tombamento emergencial, por parte do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, incluindo-se todas as edificações e elementos físicos existentes no núcleo central da propriedade.

Sem moradores desde o ano de 2017, a granja apresentava desde essa data um forte processo de abandono, de degradação física, pela falta de ações de conservação de suas estruturas e ainda vulnerabilidade pela falta de segurança. Esta situação deu origem a uma pressão jurídica, efetuada pelos órgãos de preservação, que foram responsáveis pelos tombamentos, e pelo poder judiciário, sobre o grupo de proprietários e descendentes de Assis Brasil, para que fossem implementadas ações de conservação.

Uma das ações iniciada em 2019 para garantir a preservação da documentação histórica existente foi efetuada sob a direção do Ministério Público Estadual, MPE, e consistiu na retirada consensual de todos os documentos existentes na propriedade, para serem devidamente inventariados, higienizados e armazenados na sede do MPE na cidade de Porto Alegre. Desta forma, foi possível a garantia de sua preservação até o momento em que a granja dispusesse de condições físicas ideais para a sua preservação.

A pressão exercida repercutiu no ano de 2022, na venda da propriedade para a família Segat, que retomou as ações de preservação do castelo. Sob orientação do IPHAE, foi contratado um projeto atualizado de restauração do castelo, de forma a sanar os principais problemas da edificação, no que diz respeito, inicialmente, à infiltrações e rede elétrica. Ao mesmo tempo, foi estabelecido um processo de cooperação técnica entre os novos proprietários, os órgãos públicos responsáveis pela sua proteção legal e o curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Pelotas, no sentido de efetuar ações de apoio técnico para viabilizar a restauração do conjunto de bens móveis existentes dentro das edificações da propriedade.

Desta forma, depois de vários anos de tentativas infrutíferas de recuperação do conjunto patrimonial da Granja de Pedras Altas, efetuadas por várias instâncias públicas, foi possível iniciar sistematicamente as ações práticas que levarão à recuperação plena desta propriedade e à criação de um ecomuseu, o que possibilitará o acesso público ao lugar, alavancando o turismo cultural e o desenvolvimento local do jovem município de Pedras Altas.

Uma nova fase das obras de restauração do castelo iniciou-se em 26 de agosto de 2023, fato que foi comemorado pelos proprietários com evento cultural no lugar, com a participação de servidores da Secretaria da Cultura do Estado, gestores e interessados. Conforme entrevista concedida por Luiz Carlos Segat a Andrea Blaas (2023), embora o projeto integral de restauração e recuperação aprovado pela Secretaria da Cultura conte com habilitação para captar recursos mediante a Lei Estadual de Incentivo à Cultura, não deixa de ser surpreendente que nenhuma empresa do agronegócio tenha manifestado interesse em apoiar e se tornar

parceira de um projeto que tem toda a aderência com o setor primário da economia. Cabe sugerir a relevância da manutenção dos campos, arvoredos, lavouras etc. e a continuidade dos saberes relacionados aos modos de produção que a granja implementou, como suportes da exemplaridade do projeto. Os registros como patrimônio imaterial bem como um plano de manejo deverão ser realizados em etapas subsequentes por equipe interdisciplinar.

Ressignificação

A descrição das charqueadas possibilitou caracterizar o desenvolvimento agropecuário inicial do extremo sul do Estado para estabelecer o contraponto com a Granja de Pedras Altas, como um modelo pioneiro e alternativo, criado e gerido por uma figura relevante, intelectual e influente. Ambos os casos representam modelos divergentes na medida em que o primeiro é baseado na grande propriedade e no trabalho escravo e com ele traz a memória do sofrimento humano e o segundo, na pequena propriedade e o trabalho remunerado para promover o desenvolvimento agropecuário baseado na inovação tecnológica e no acesso à cultura.

Os dois exemplos apresentam particularidades. A referida Charqueada São João, desde 2000 é destinada a centro de eventos e museu com a temática do ciclo charqueador. A Granja de Pedras Altas, após o longo processo de patrimonialização, foi tombada pelo IPHAE em duas etapas: a granja, em 1999, e o acervo, em 2009; pelas potenciais ameaças à sua integridade, o conjunto também foi tombado emergencialmente pelo IPHAN.

Na continuação, apoiamo-nos nos conceitos de *Lugar de Memória*, *Casa Museu*, *Casa Manifesto* e no marco conceitual do *Patrimônio Industrial* para ressignificar a granja, acrescentando valor ao que já tem valor.

O tombamento estadual, mediante a inscrição no Livro do Tombo Histórico, destaca a relevância de Assis Brasil para a história do Estado e do Brasil e a exemplaridade do projeto como um modelo pioneiro de “reforma rural” – nas palavras do próprio Assis Brasil – e de eficiência baseada na diversificação, o que hoje definiríamos como desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, a granja como um todo deve ser considerada *um lugar de memória*, no sentido atribuído por Pierre Norà, ou seja, como um espaço que além de ativar a memória permite a circulação de saberes e fazeres (Norà, 1993).

Enquanto residência, seu significado não pode estar dissociado da granja como conjunto. Ela adquire importância por ser o espaço que contém o valioso acervo bibliográfico e de bens móveis e também pela singularidade e até excentricidade dadas pelo aspecto de castelo.

Com a proposta de visitação já implementada, os inventários e as ações de conservação dos bens móveis em andamento, o castelo está definindo contornos de uma casa museu, saindo da esfera privada para entrar na esfera pública. Abrindo suas portas à visitação, permitirá aos visitantes a proximidade com uma figura excepcional da história do Rio Grande do Sul e do Brasil e com a narrativa da intimidade dos seus moradores, os modos de vida no campo de uma família abastada e dos trabalhadores.

Segundo Chagas (2010), as casas museu são portadoras de dimensões poéticas, filosóficas e políticas próprias e passando por um processo de ressignificação se transformam em espaços de teatralização do passado e de dramaturgia da memória. Apesar de ser a arquitetura *revival* uma referência em segundo plano, por sua fácil apreensão para o grande público, termina ofuscando a contribuição do projeto para o desenvolvimento rural, cujo entendimento requer formação intelectual e científica.

A arquitetura historicista, dentro do que no Brasil se classifica como ecletismo, era divulgada no meio acadêmico e era amplamente aceita pela sociedade, principalmente pelas altas classes sociais. Seu mérito se deve fundamentar nas qualidades técnicas e projetuais e, nesse sentido, acreditamos que o Parecer do IPHAE sustenta devidamente a “instância técnica” ou seja, as inovações que a obra trouxe para o estado da arte.

Para ultrapassar a leitura ligeira da imagem do castelo associada ao *pastiche*, sugerimos ampliar as narrativas de valoração do castelo com o conceito de casa manifesto. A ideia de casa manifesto, como um laboratório de pesquisas e o fato de pôr na prática um conjunto de ideias surgiu no início do século XX e foi amplamente acolhida pelos arquitetos da vanguarda, legando à arquitetura moderna icônicos projetos, na sua maioria, elaborados para terceiros, mecenas interessados em explorar novos modos de vida. Quando os arquitetos projetam e constroem sua própria residência, o resultado é ainda mais potente, pois é uma oportunidade única e um ato de liberdade e de poesia (Durán e Oliveira, 2019).

É a partir da casa – a própria, em muitos casos – que o arquiteto define sua posição, às vezes precocemente, outras, como um ato reflexivo de maturidade (Adria e Comas, 2003, p. 28, *apud* Durán e Oliveira, 2019, p. 125).

Embora o autor de Pedras Altas não seja um arquiteto titulado, sua trajetória e formação intelectual permitem conceder o estatuto de manifesto a sua granja e residência, no sentido de ter impregnado um discurso implícito no arranjo espacial, um verdadeiro documento que dá conta da sua própria relevância histórica como das ideias que defendia. Com muito esforço, persistência e conhecimento, o embaixador logrou seus objetivos: primeiro, dar a sua extensa

família um lugar ideal para viver, em sintonia com seus valores, com autossuficiência e com possibilidade de desenvolvimento intelectual, embora estando em um contexto rural afastado dos centros urbanos; segundo, demonstrar a viabilidade de sua ideia de reforma rural, sustentada na pequena propriedade e na tecnificação do campo.

Enquadrar o projeto de Pedras Altas no campo do Patrimônio Industrial, mais especificamente na categoria de patrimônio agroalimentar, de acordo com a Carta de Nizhny Tagil sobre Patrimônio Industrial (ICOMOS, 2003), permite-nos acrescentar outras perspectivas para construir novas narrativas, associando elementos materiais e imateriais, que permitam uma interpretação patrimonial mais completa e em sintonia com valores de nossa contemporaneidade. Em primeira instância, a sustentabilidade a partir da valoração do trabalho remunerado e o cuidado com o meio ambiente nos processos de produção agroalimentar. Observe-se que em 1999 quando do tombamento pelo IPHAE, embora houvesse ecos do patrimônio industrial, o principal documento em escala internacional, a Carta de Nizhny Tagil sobre Patrimônio Industrial (ICOMOS, 2003) ainda não tinha sido publicada. Acreditamos que este documento oferece um marco relevante para identificar, proteger, interpretar as edificações, lavouras, jardins, maquinários, objetos ligados ao trabalho no campo, e ainda os saberes, formas de expressão e oralidade, e outros aspectos imateriais que irão aflorar quando o processo de patrimonialização esteja plenamente implementado.

Acreditamos que a continuidade do processo de “ativação patrimonial” (Prats, 2006) deve prever a fragilidade do equilíbrio entre a fruição do patrimônio e a viabilidade econômica do empreendimento, considerando o perigo potencial que o uso turístico pode trazer, banalizando e espetacularizando o lugar.

A ideia de estabelecer um ecomuseu, sugerida na cerimônia de reabertura das obras de restauração, em agosto de 2023, é pertinente, sempre e quando o conceito não seja um clichê de moda e se interprete aplicando os conceitos de sociomuseologia, conforme seu idealizador Hugues de Varine, ou seja, potencializando a dimensão pedagógica e participativa do patrimônio e colocando-o como recurso para o desenvolvimento local (Varine, 2012).

A semente de musealização do lugar parece ter sido deixada pelo próprio Assis Brasil, que dispôs um espaço no pavimento térreo para o “Museu Devon”, fato que deverá ser amplamente pesquisado no acervo documental.

Nesse sentido, é recomendável que haja, por parte dos novos proprietários e dos Institutos de Patrimônio responsáveis pelos tombamentos, uma aproximação com a comunidade do jovem município de Pedras Altas, que inicialmente era contra do tombamento; à família Assis

Brasil, antigos proprietários que por diversas razões terminaram separando-se fisicamente do lugar de reunião familiar, mas que com certeza podem contribuir com muitas informações e interpretações e também, na medida das possibilidades, contatar antigos trabalhadores da granja que também devem ter ricas memórias e saberes para compartilhar.

Acreditamos que delinear em equipe com mecanismos participativos as estratégias de preservação e promoção da granja dará novo sentido à ideia lançada há mais de 100 anos pelo patriarca: aplicar um modelo de desenvolvimento rural – e patrimonial – que hoje possamos chamar de sustentável.

Figura 9 – Azulejo com a marca de gado de Pedras Altas.



Fonte: Fotos Ângelo Braghirolli, 2004.

Referências

- BLAAS Paula. **Entrevista a Luis Carlos Segat em 30/8/2023**. Em: Bla, Bla, Blas 2ª temporada #25. Assis Brasil – História Gaúcha mantém-se viva em um castelo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=840-ViDGZOA>. Acesso em 25 jan. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.
- BRAGHIROLI, Ângelo. **Una nueva utopia, rescate del patrimonio industrial en el sur de Brasil. El conjunto de la Industria frigorífica Armour**. Sevilla: Tesis. Doctorado en Historia del Arte y Gestión del Patrimonio, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2014.
- COSTA, Alfredo R. da. (1922) **O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o estado**. Porto Alegre: Liv. da Globo, 2 v.
- CURY, Isabel. **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- CHAGAS, Mario. A poética das casas museus de heróis populares. In: **Revista Mosaico**. Rio de Janeiro, 2010. v. 2, n. 4.
- DREYS, N. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Instituto Estadual do Livro. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1961.
- DURÁN ROCCA, Luisa. **Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano no século XVIII**. Porto Alegre: Tese. Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- DURÁN ROCCA, Luisa; OLIVEIRA, Leonardo Valerão. Da casa-manifesto à casa-museu: museologia e patrimônio nas residências de Warchavchik, Bo Bardi e Niemeyer. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, 2019. v. 50, p. 123-140. Disponível em: <http://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/130/85>. Acesso em 25 jan. 2025.
- G1. **MP quer garantir o acervo documental do Castelo de Assis Brasil no RS**. 16/7/2014. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/07/mp-quer-garantir-acervo-documental-do-castelo-de-assis-brasil-no-rs>. Acesso em 25 jan. 25.
- GUTIÉRREZ, Esther. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Porto Alegre: Dissertação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- IPHAE-RS. Ofício n. 39/94.
- IPHAE -RS. Processo n. 01920-08.04 CODEC-90.2. **Tombamento Granja de Pedras Altas**.
- IPHAE -RS. Processo n. 00.121-11.00-94.1. **Tombamento Granja de Pedras Altas**.
- IPHAE-RS. **Bens tombados. Pedras Altas**. <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>. Acesso em 20 dez 2024.
- IPHAE-RS Portaria 24/2009.
- KERN, Daniela. Cecília de Assis Brasil, a cronista de Pedras Altas. In: **Letras de Hoje, 41**. Porto Alegre: PUC, 2006. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/635>. Acesso em 20 jan. 2025.

KURY, Affonso Penna. **Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada**. Porto Alegre: Palloti, 1987.

MAESTRI FILHO, Mário. **O Escravo no Rio Grande do Sul: trabalho resistência e sociedade**. 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Episódios do Ciclo do charque**. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1990.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, v. 10, São Paulo: dez 1993, p. 7-28.

OSORIO, Helen. Estrutura Agrária e ocupacional. In: **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 153-187. 2006.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

PRATS, Llorents. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. 58. Sevilla: 2006. p. 72-80. <https://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/2176>. Acesso em 15 dez. 2024.

QUEVEDO, Raul. **As estâncias e as charqueadas**. Dom Pedrito-RS: Livraria do Globo, 1986.

REVERBERL, Carlos. Introdução. In: ASSIS BRASIL, Cecília de. **Diário (1916-1928)**. Porto Alegre: L&PM, 1983.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999.

SILVA, Veruska Anacirema Santos da. Cinema como semióforo e suas contribuições na formação de memórias sociais. In: **Baleia na rede**. Revista on line do Grupo de Pesquisa e Estudos em Cinema e Literatura, v. 1, n. 5 Ano U, nov/2008.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Ministério Público gaúcho busca por apoio do TER-RS para preservação do Acervo Assis Brasil. 19/12/2023. <https://www.tre-rs.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Dezembro/ministerio-publico-gaicho-busca-por-apoio-do-tre-rs-para-preservacao-do-acervo-assis-brasil>. Acesso em 10 fev. 2025.

VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Cultural de Rio Grande do Sul: a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS. Porto Alegre, 2006.

Recebido em 11/02/2025 | Aceito em 05/04/2025



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional